

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 367/2016/SUPEL/RO.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 01.1411.00123-00/2016.

OBJETO: Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de equipamentos pesados (Bitrem Basculante e Tanque Estático para Asfalto) para atender este FITHA/DER-RO.

TERMO DE ANÁLISE DE RECURSO ADMINISTRATIVO

A Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL, através de seu Pregoeiro, designado por meio da Portaria N.º 045/GAB/SUPEL/RO, de 08 de setembro de 2015, em atenção aos **RECURSOS ADMINISTRATIVOS** interpostos tempestivamente pelas empresas **RANDON S/A IMPLEMENTOS E PARTICIPAÇÕES** e **JHV IMPLEMENTOS RODOVIÁRIOS LTDA**, já qualificadas nos autos epígrafados, passa a analisar e decidir, o que adiante segue.

I – SÍNTESE DOS FATOS ALEGADOS:

A – RANDON S/A IMPLEMENTOS E PARTICIPAÇÕES:

Inicialmente, em sua intenção de recurso, a Recorrente alega que a empresa vencedora do certame é uma prestadora de serviço, conforme a própria razão social. Logo, em decorrência de não ser fabricante do implemento licitado, a empresa não seria um terceiro legalmente reconhecido pela fabricante.

Além disso, a Recorrente afirma que a empresa Ubermac não atende às exigências do item 2.3 do Edital, pois não possui assistência técnica disponível no Estado de Rondônia.

B – JHV IMPLEMENTOS RODOVIÁRIOS LTDA:

Em suas razões recursais, a Recorrente aduz que a licitante Ubermac apresentou atestado de capacidade técnica incompatível em características com o objeto da licitação, pois o atestado anexado versava sobre o fornecimento de caminhões com caçambas basculantes, e não bitrem basculante.

Afirma ainda que os atestados não possuem os requisitos dos atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito privado (nome completo do signatário, número de cadastro de pessoa física CPF), portanto, não há comprovação da veracidade dos atestados apresentados.

A Recorrente também ressalta que a vencedora do certame não possui compatibilidade em seu objeto social com o objeto licitado no certame. Também informa que o produto ofertado é de uma marca de terceiro, de forma que a empresa estaria vendendo um produto que não é novo.

Por fim, pugna pela inabilitação da empresa Ubermac.

II - DAS CONTRARRAZÕES:

A – UBERMAC COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA:

CSS /ZETA



Aduz a Recorrida que a nomenclatura de sua Razão Social não pode ser utilizada como base para determinar suas atividades, e ressalta que sua principal atividade é o comércio. Ainda afirma que o Edital da presente licitação não exige que somente fabricantes participassem do certame, pois tal exigência violaria a legalidade, além de ir em sentido contrário ao que tem sido decidido na Corte de Contas da União.

Já com relação à alegação de que não poderia atender as exigências do item 2.3 do Edital, a Recorrida ressalta que atenderá a questão da garantia e assistência técnica, afirmando que na fase de habilitação foram informados os locais autorizados para a prestação destes serviços.

Por fim, no que diz respeito aos atestados de capacidade técnica apresentados, a Recorrida assevera que a exigência de atestado de capacidade técnica deve se dar em características e quantidade semelhantes ao objeto da licitação, e não idênticos.

Por todo o exposto, pugna pela total improcedência dos recursos interpostos.

III – DO MÉRITO:

Em atenção ao direito de manifestação e interposição de recurso, previsto no art. 26, do Decreto Estadual nº 12.205/2006, e ao artigo 4º, inciso XVIII, da Lei 10.520/2002, após análise da intenção de recurso, o Pregoeiro, com base no Princípio da Vinculação ao Edital, da legalidade e demais princípios que regem a Administração Pública e na legislação pertinente, com base nas informações adquiridas, se manifesta da seguinte forma:

Primeiramente cabe destacar que, ***“A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos*** (Art. 3º, Lei. 8.666/93). Diante disto, assim passa a decidir:

1 - Recurso da empresa RANDON S/A IMPLEMENTOS E PARTICIPAÇÕES:

Inicialmente, a Recorrente questiona a capacidade da Recorrida de realizar o objeto da licitação, tendo em vista que esta seria uma prestadora de serviços. Contudo, mediante uma simples análise do cadastro da Recorrida no CNPJ é possível constatar que dentro das atividades econômicas da empresa consta o comércio de caminhões. Deste modo, não há fundamento para inabilitar a Recorrida por esta alegação.

Sequencialmente, no que tange à alegação de que a Recorrida não possui a permissão legal para vender os produtos ofertados na licitação, não consta na documentação enviada pela Recorrida qualquer documento que expresse essa autorização. Contudo, tal item não está presente no rol de documentos exigidos para a habilitação da empresa. Entretanto, após a alegação da empresa Recorrente,

CSS /ZETA



a Equipe de licitação diligenciou junto à empresa FACCHINI, com a finalidade de obter a informação se a Recorrida possuía a autorização para vender os veículos daquela empresa.

Conforme se verifica na fl. 247 do Processo, a FACCHINI enviou para o e-mail da Equipe uma Declaração atestado que a empresa Recorrida tem permissão para dar a destinação que desejar para os produtos adquiridos da FACCHINI, não subsistindo fato que enseje a inabilitação da Recorrida por tal motivo.

Por derradeiro, com relação à garantia e assistência técnica que devem ser fornecidas pela Recorrida, a pedido da Equipe de licitação, o DER/RO realizou uma visita no endereço informado na proposta da Recorrida. Conforme se verifica na fl. 244, ainda não foi feita a instalação do local da assistência técnica, não havendo no endereço indicado qualquer estabelecimento que preste estes serviços. Por meio de contato telefônico com a empresa FACCHINI, foi informado que o local de assistência técnica está sendo montado.

Ademais, visando resguardar o interesse da Administração, foi solicitado da empresa Recorrida que enviasse Declaração de que seria fornecida Assistência Técnica e Garantia do produto ofertado, entretanto a Recorrida não atendeu à solicitação da Equipe.

Consequentemente, diante do não fornecimento de local para assistência técnica, em descumprimento ao item 17 do Termo de Referência, não resta alternativa senão inabilitar a empresa Recorrida.

2 - Recurso da empresa JHV IMPLEMENTOS RODOVIÁRIOS LTDA:

No que diz respeito ao apontando pela Recorrente sobre o atestado de capacidade técnica apresentado pela Recorrida, imperiosos ressaltar que os atestados de capacidade técnica são documentos fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, para quem as atividades foram desempenhadas como pontualidade e qualidade. **É nesse documento que o contratante deve certificar detalhadamente que o contratado forneceu determinado bem, executou determinada obra ou prestou determinado serviço satisfatoriamente.**

É a comprovação documental da idoneidade técnica para a execução do objeto do contrato pretendido, em que o licitante **busca comprovar experiência anterior na execução de atividades similares ao do objeto do certame** e demonstra que possui domínio de conhecimentos e habilidade teórica e prática, ou seja, **condições técnicas necessárias e suficientes para cumprir o contrato, sempre almejando a proposta mais vantajosa à Administração.**

Com efeito, o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, estabelece que as obras, serviços, compras e alienações serão contratadas mediante processo de licitação pública e somente permite exigências de qualificação técnica que sejam indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

CSS /ZETA



O dispositivo constitucional é claro no sentido de que as exigências de comprovação de qualificação técnica e econômica devem ater-se as garantias mínimas de condições para o bom e fiel cumprimento do contrato e o atendimento pleno da finalidade pública perquirida.

O Tribunal de Contas da União tem se posicionado no sentido de que a exigência de comprovação de capacidade técnica, em linha com o disposto no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, não deve converter-se em exigência abusiva, limitando-se à demonstração de viabilidade de execução do objeto a ser contratado, conforme se depreende do **Acórdão 2299/2007 Plenário (Sumário)**:

"Os critérios estabelecidos em procedimentos licitatórios para a qualificação técnico-operacional devem ater-se, única e exclusivamente, ao objetivo de selecionar uma empresa que tenha as condições técnicas e operacionais necessárias para realizar o empreendimento licitado".

Destarte, a lei 8.666/93 define vários critérios que permitem à Comissão avaliar se o licitante possui condições de executar o objeto sob o aspecto técnico, no entanto, as exigências de qualificação técnica, sejam elas de caráter técnico profissional ou técnico operacional, não devem ser desarrazoadas a ponto de comprometer a natureza de competição que deve permear os processos licitatórios realizados pela Administração Pública. Devem constituir tão somente garantia mínima suficiente para que o futuro contratado demonstre, previamente, capacidade para cumprir as obrigações contratuais.

Logo, **"pertinente e compatível" NÃO É IGUAL.** Desta forma, para se proceder a uma análise de atestado de capacidade técnica, a mesma deverá ser feita de forma genérica e **não específica**, portanto, o atestado apresentado às fls. 157/159 atende as exigências do Edital.

Cabe ainda destacar que os atestados fornecidos pela Recorrida são de pessoas jurídicas de direito público, não necessitando de autenticação ou reconhecimento de firma. Portanto, não assiste razão à Recorrente nestes pontos levantados.

Sobre o ramo empresarial adotado pela Recorrida, tal ponto já foi esclarecido na análise do recurso da Recorrente RANDON S/A IMPLEMENTOS, de forma que também não há que se dar provimento a este argumento.

IV – DA DECISÃO:

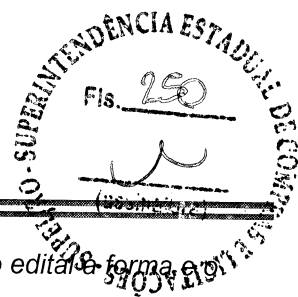
A Comissão ZETA/SUPEL, pelas leis pertinentes, pelas regras do edital e pela total submissão à Lei 8.666/93 e suas alterações, em especial ao Art. 3º onde aborda os princípios básicos da legalidade, impessoalidade, probidade administrativa, sem excluir os princípios da isonomia, razoabilidade e eficiência e ao Art.41, onde o insigne mestre Hely Lopes Meirelles preleciona: *"a vinculação ao edital é*

CSS /ZETA



ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência Estadual de Licitações

Equipe de Licitação - ZETA



princípio básico de toda licitação. nem se compreenderia que a administração fixasse no edital a forma e o modo de participação dos licitantes e no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento se afastasse do estabelecido, ou admitisse documentação e proposta em desacordo com o solicitado. o edital é lei interna da licitação e, como tal, vincula aos termos tanto os licitantes como a administração que o expediu", **DECIDE** pela **REFORMA** da **DECISÃO** inicial onde HABILITOU a empresa **UBERMAC COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.**

Portanto, julgando como **PROCEDENTE** o recurso interposto pela empresa **RANDON S/A IMPLEMENTOS E PARTICIPAÇÕES**, decidindo pela **INABILITAÇÃO** da empresa **UBERMAC COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.**

Julgo ainda **IMPROCEDENTE** o recurso interposto pela empresa **JHV IMPLEMENTOS RODOVIÁRIOS LTDA.**

Submete-se a presente decisão à análise do Senhor Superintendente Estadual de Compras e Licitações.

Porto Velho/RO, 09 de setembro de 2016.

VALDENIR GONÇALVES JÚNIOR

Pregoeiro da ZETA/SUPEL/RO
Matrícula: 300055985

CSS /ZETA

